



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

**HABEAS CORPUS Nº. 0001830-65.2014.8.17.0000 (0327651-7)**

IMPETRANTE: Bel. Fernando Harten de Moura (OAB/PE 28.624-D)

PACIENTE: Flávio Camilo dos Santos

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Drª. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ALEGADAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS À CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA 86 DESTES TJPE. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO JÁ DESIGNADA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não há ilegalidade na segregação cautelar quando o decreto está fundamentado em razões que evidenciam a necessidade da medida extrema à garantia da ordem pública, haja vista as circunstâncias da prisão e a quantidade significativa de droga apreendida (100 trouxinhas de maconha);
2. Presentes os motivos da prisão preventiva, tornam-se irrelevantes as alegadas condições pessoais favoráveis do paciente à concessão da liberdade provisória. Aplicação da súmula 86 deste TJPE;
3. As peculiaridades do caso concreto (feito complexo, com pluralidade de réus, distintos procuradores e necessidade de nomeação de Advogado da Assistência Judiciária) justificam, à luz da razoabilidade, a extrapolação dos prazos previstos na lei processual penal, visto que essa aferição não resulta de simples operação aritmética;
4. Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0001830-65.2014.8.17.0000 (0327651-7), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_\_\_ de maio de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

2014, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

**HABEAS CORPUS Nº 0001830-65.2014.8.17.0000 (0327651-7)**

IMPETRANTE: Bel. Fernando Harten de Moura (OAB/PE 28.624-D)

PACIENTE: Flávio Camilo dos Santos

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Drª Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**RELATÓRIO**

Trata-se de ordem de *habeas corpus*, com pleito liminar, impetrada pelo Advogado Fernando Harten de Moura, em favor de **Flávio Camilo dos Santos**, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora a Exma. Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista/PE, juízo perante o qual o Paciente responde à ação penal de NPU 0004213-78.2013.8.17.1090.

Noticia o Impetrante que o Paciente foi acusado da prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei nº. 11.343/2006 (tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico), sendo decretada a sua prisão preventiva no dia 04/junho/2013.

Em apertada síntese, alega que o Paciente sofre coação ilegal em sua liberdade de locomoção, porquanto, embora possua condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória (primário e sem antecedentes criminais), não se dedique a atividades criminosas ou integre organização para esse fim, o Magistrado singular, sem demonstrar a necessidade da medida, decretou a sua prisão preventiva.

Sustenta, por fim, que o Paciente está recolhido provisoriamente há mais de 250 (duzentos e cinquenta) dias sem que a instrução criminal tenha sido encerrada.

Diante desses argumentos, requer, liminarmente, a expedição do competente alvará de soltura em favor do Paciente.

No mérito, pugna pela concessão da presente ordem em definitivo.

A inicial veio instruída com o documento de fls. 12/13.

Através da decisão interlocutória de fls. 21/22, foi indeferido o pedido liminar e solicitadas informações à autoridade apontada como coatora, que as prestou por meio do ofício nº. 480/2014 (f. 29), acompanhado do documento processual de f. 30.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Mediante despacho de f. 32 foram solicitadas informações complementares, prestadas à f. 41, acompanhado de cópia da denúncia e decreto de prisão preventiva, acostados as fls. 42/45.

Em seguida, os autos foram com vista à Douta. Procuradoria de Justiça que, em parecer da lavra da Dr<sup>a</sup> Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou pela denegação da ordem (fls. 51/52v).

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

Como visto, a presente ordem de *habeas corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo Paciente, o qual pugna pela expedição de alvará de soltura em seu favor.

Consta da denúncia (fls. 42/43) que, no dia 10 de junho de 2013, por volta das 19h30min, na Avenida Brasil, Bairro de Maranguape I, Paulista/PE, após receberem a informação de que duas pessoas traficavam drogas na comunidade conhecida como “Pantanal”, policiais militares que realizavam rondas para lá se deslocaram e efetuaram a prisão em flagrante delito de **Adriano Santos Bezerra e Flávio Camilo dos Santos**, ora Paciente, os quais traziam consigo uma sacola contendo 100 (cem) trouxinhas da droga popularmente conhecida como “maconha”, conforme laudo técnico constante à f. 25 da ação penal objeto deste *writ*.

Consta, também, que ao avistarem os policiais, os acusados tentaram se evadir do local, mas foram alcançados e abordados.

Diante desse fato o *Parquet* denunciou **Adriano Santos Bezerra e Flávio Camilo dos Santos** como incurso nas sanções dos artigos 33 e 35 da Lei nº. 11.343/2006 (tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico).

Nas informações de f. 41 a Magistrada em substituição perante a 1ª Vara Criminal de Paulista/PE relata o trâmite processual, destacando que, citados, os acusados apresentaram resposta à acusação, sendo a denúncia recebida em seguida e designada audiência de instrução e julgamento para o dia 16/06/2014.

Noticia, ainda, Sua Excelência, que o feito encontra-se na fase de confecção dos expedientes pertinentes à referida audiência.

2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Pois bem.

Como sabido, sob pena de violação ao princípio constitucional da presunção de inocência, a prisão cautelar só pode ser decretada ou mantida quando demonstrada, com base nos elementos concretos e à luz de um dos pressupostos autorizadores previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, a efetiva imprescindibilidade de restrição à liberdade de locomoção.

*In casu*, entendendo provada a materialidade delitiva e presentes os indícios suficientes de autoria (consubstanciados pelo laudo de constatação preliminar e depoimentos constantes no Auto de Prisão em Flagrante), o Juiz singular converteu a prisão em flagrante delito dos acusados em preventiva, tendo fundamentado sua decisão na garantia da ordem pública, senão vejamos (fls. 44/45):

“(…). O *periculum libertatis*, no meu entender, também, resta patente.

**As condutas criminosas supostamente cometidas pelos investigados concretamente obstaculizam a garantia da ordem pública (um dos fundamentos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal para a conversão em prisão preventiva), além de levar à ruína milhares de jovens e suas famílias, sendo do conhecimento geral da sociedade o esforço das instituições públicas para dar um feio em tal situação.**

“(…). Afasto, também, na hipótese, como já dito acima, a possibilidade de aplicação de quaisquer das medidas cautelares dispostas no artigo 319 do Código de Processo Penal, **por entendê-las inadequadas à gravidade do suposto crime, às circunstâncias do fato e, também da ausência, até o presente momento, de elementos para aferir as condições pessoais do investigado** (bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita), nos termos do artigo 282, II, do Código de Processo Penal”. (destaques acrescidos)

Do acima transcrito, observa-se que a segregação cautelar do Paciente é necessária à garantia da ordem pública, sobretudo se considerarmos a gravidade concreta da conduta revelada pelas circunstâncias da prisão, pois, de acordo com a denúncia de fls. 42/43, após informações da prática do tráfico ilícito de entorpecentes na comunidade do “Pantanal”, policiais militares que realizavam rondas na região para lá se deslocaram e efetuaram a prisão em flagrante delito dos acusados, que traziam consigo trouxinhas de “maconha” e tentaram se evadir do local antes da abordagem.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Frise-se, ainda, que os acusados foram presos na posse de considerável quantidade de “maconha” acondicionada em uma sacola – 100 (cem) trouxinhas nos termos da peça acusatória - peculiaridade que evidencia a periculosidade social dos mesmos e serve de substrato legal para fundamentar a custódia cautelar visando resguardar a ordem pública, não havendo, portanto, que se falar em inexistência dos motivos justificadores constantes do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Com efeito, entende o Superior Tribunal de Justiça<sup>1</sup>:

**“(...). 3. Não carece de fundamentação idônea o decreto de prisão preventiva que evidencia a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta típica em tese praticada. Na espécie, as instâncias ordinárias fundamentaram a custódia cautelar na expressiva quantidade de droga apreendida em poder do recorrente (mais de 40 Kg de maconha), a revelar sua periculosidade social”. (destaquei)**

Dessa forma, presentes os motivos autorizadores da prisão cautelar, tornam-se irrelevantes as alegadas condições pessoais favoráveis do Paciente à liberdade provisória, atributos que, por si sós, não garantem a concessão da referida *benesse*, como bem justificou o Magistrado singular na decisão acostada às fls. 56/58.

Acerca da matéria, confira-se enunciado da súmula 86 deste Tribunal de Justiça:

**“As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva”.** (destaquei)

Quanto ao alegado excesso de prazo na formação da culpa, tenho que a complexidade da causa, em que há pluralidade de réus com distintos procuradores, justificam, à luz da razoabilidade, a extrapolação dos prazos previstos na lei processual penal, visto que essa aferição não resulta de simples operação aritmética.

Além disso, o decurso dos prazos processuais não configura, por si só, o constrangimento aventado, notadamente quando inexistente postergação imotivada a ser imputada ao Juízo processante, o qual vem empreendendo esforços para atribuir celeridade e regularidade à ação penal, pois, de acordo com consulta ao sítio eletrônico

<sup>1</sup> HC 277.441/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 26/05/2014 4  
FRNC



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

deste TJPE, nomeou Advogado da Assistência Judiciária do Município para prosseguir na defesa do corréu Adriano já que este, apesar de devidamente intimado, deixou transcorrer o prazo sem apresentar resposta à acusação (despacho de f. 55).

Comungando de todo o entendimento, manifestou-se a Douta Procuradora de Justiça (fls. 52/53):

“(…), observa-se, das informações prestadas pela autoridade dita coatora e do sítio eletrônico desse Egrégio Tribunal, que as fases processuais estão ocorrendo de forma regular, não se constatando desídia do juízo ou da acusação. Aliás, é o típico caso que encontra guarida no princípio da razoabilidade.

De mais a mais, como é cediço na jurisprudência e doutrina pátrias, o princípio da celeridade do processo penal deve ser interpretado à luz do princípio da razoabilidade. (...).

Além disso, em matéria de conveniência de decretação da prisão preventiva é de bom alvitre aplicar-se o princípio da confiança nos juízes próximos dos fatos e das pessoas envolvidas no episódio.


Portanto, tem-se que a prisão cautelar do paciente encontra-se plenamente respaldada nos pressupostos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, inexistindo qualquer ilegalidade que justifique sua revogação”. (destaques acrescidos)

Destaque-se, por fim, que, conforme as informações prestadas pelo Juízo *a quo* (f. 41), apresentada a defesa prévia do corréu Adriano Bezerra, foi a denúncia recebida e designada **audiência de instrução e julgamento para o dia 16/06/2014**, data próxima, em razão da qual e pelos motivos anteriormente expostos, não se recomenda, neste momento processual, a concessão da liberdade ao Paciente.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, **voto pela denegação da ordem**.

É como voto.

Recife 24 de maio de 2014.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator